Santos, 5 de maio de 2000

**DECRETO Nº 3555
DE 04 DE MAIO DE 2000**

APROVA O ESTATUTO DA FUNDAÇÃO PRÓ-ESPORTE DE SANTOS, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 229, DE 13 DE AGOSTO DE 1996, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR N.º 360, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1999, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BETO MANSUR, Prefeito Municipal de Santos, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Estatuto da Fundação Pró-Esporte de Santos, nos termos da Lei Complementar n.º 229, de 13 de agosto de 1996, alterada pela Lei Complementar n.º 360, de 26 de novembro de 1999.

Art. 2º - As despesas com a execução deste decreto correrão pelas dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data da publicação.

Registre-se e publique-se.
Palácio José Bonifácio, em 04 de maio de 2000.

BETO MANSUR
Prefeito Municipal

Registrado no livro competente.
Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos, em 04 de maio de 2000.

ANTONIO CARLOS BLEY PIZARRO
Chefe do Departamento

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO PRÓ-ESPORTE DE SANTOS

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE,
OBJETIVOS E DURAÇÃO**

Art. 1º - Sob a denominação de Fundação Pró-Esporte de Santos, fica constituída uma fundação, com responsabilidade jurídica própria e autonomia administrativa, tendo personalidade jurídica de direito público, nos termos da Lei n.º 229, de 13 de agosto de 1996, alterada pela Lei Complementar n.º 360, de 26 de novembro de 1999, com sede e foro na cidade de Santos, Estado de São Paulo, que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação específica.

Art. 2º - A sede da Fundação será obrigatoriamente, no Município de Santos.

Art. 3º - É finalidade da Fundação a execução da política municipal de esportes de competição, em todos os níveis e modalidades, obedecidas as diretrizes e a orientação da Secretaria Municipal de Esportes e Turismo.

Art. 4º - A Fundação tem por objetivos:

- I - atuar de forma integrada com a Secretaria Municipal de Esportes e Turismo;
- II - promover a articulação entre as entidades públicas e privadas da comunidade, no sentido de ampliar os recursos financeiros, técnicos e materiais para o esporte de competição da cidade;
- III - assistir as equipes que representam a cidade em competições oficiais, provendo suas necessidades;
- IV - celebrar convênios, acordos e contratos com entidades públicas ou privadas, para viabilizar o esporte de competição da cidade, em suas diversas modalidades;
- V - administrar as instalações que, eventualmente, lhe sejam transferidas, definitiva ou temporariamente, pela Prefeitura, mediante aprovação do Legislativo, ou por particulares;
- VI - gerir eventuais programas que tenham como objetivo o incentivo e/ou subvenção a atletas e técnicos da cidade;
- VII - receber doações, explorar contratos de publicidade e elaborar campanhas que possam ampliar os recursos financeiros para o esporte de competição da cidade.

Art. 5º - A duração da Fundação Pró-Esporte de Santos é por tempo indeterminado, podendo ser extinta apenas por lei, aprovada pela Câmara Municipal.

**CAPÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO**

Art. 6º - São órgãos de administração da Fundação:

- I - o Conselho Deliberativo;
- II - o Conselho Fiscal;
- III - a Diretoria Executiva.

Art. 7º - O Conselho Deliberativo será constituído pelos membros integrantes, e respectivos suplentes, do Conselho Municipal de Esportes - CONESP, disciplinado pela Lei n.º 1.818, de 23 de novembro de 1999 e eventuais alterações.

Art. 8º - Compete ao Conselho Deliberativo:

- I - aprovar, por maioria absoluta, modificações no Estatuto da Fundação, através de Assembléia especificamente convocada para este fim por iniciativa de 1/3 (um terço) dos seus membros ou pela totalidade da Diretoria Executiva;
- II - zelar pelo fiel cumprimento do Estatuto da Fundação e seus objetivos;
- III - propor à Administração Municipal, através do voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, a extinção da Fundação, nos termos do artigo 5.º deste Estatuto;
- IV - deliberar, anualmente, sobre as contas da Fundação, que serão precedidas de análise do Conselho Fiscal;
- V - aprovar a alienação de imóveis e a aceitação de doações com encargos propostas pela Diretoria Executiva, ouvido o Conselho Fiscal;
- VI - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
- VII - registrar em livro próprio as atas de suas reuniões, bem como seus pareceres.

Art. 9º - A direção do Conselho Deliberativo compete ao Presidente do CONESP, o qual será auxiliado por um Secretário, eleito especificamente para este fim entre os membros do próprio Conselho Deliberativo.

Art. 10 - O Conselho Deliberativo, para apreciar e deliberar sobre as matérias de sua competência, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pela Diretoria Executiva ou por documento assinado por 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º - Todos os membros do Conselho Deliberativo serão comunicados, por escrito, das datas das reuniões ordinárias e extraordinárias, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias e 48 (quarenta e oito) horas, respectivamente.

§ 2º - As reuniões do Conselho Deliberativo serão iniciadas em primeira convocação com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros e, em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número.

§ 3º - As decisões do Conselho

Deliberativo serão formalizadas através de resoluções, aprovadas pela maioria simples dos conselheiros presentes, cabendo eventual desempate ao Presidente do Conselho.

Art. 11 - O Conselho Fiscal será constituído por três membros do Conselho Deliberativo, eleitos por seus pares.

Parágrafo único - Os membros do Conselho Deliberativo eleitos para integrarem o Conselho Fiscal não poderão acumular as duas funções.

Art. 12 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - examinar e emitir parecer acerca dos livros contábeis e papéis de escrituração da Fundação, bem como os balanços e contas, que serão submetidas à aprovação do Conselho Deliberativo;

II - emitir parecer sobre a alienação de imóveis e a aceitação de doações com encargos propostas pela Diretoria Executiva, para posterior apreciação do Conselho Deliberativo;

III - elaborar seu Regimento Interno.

Art. 13 - A Diretoria Executiva é responsável pela execução da política geral de atuação e do plano anual de trabalho da Fundação e será composta por 4 (quatro) membros, a saber:

I - 01 (um) Diretor-Presidente;

II - 01 (um) Diretor Técnico;

III - 01 (um) Diretor Administrativo-Financeiro;

IV - 01 (um) Diretor de Marketing.

§ 1º - O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução.

§ 2º - O Diretor-Presidente será escolhido pelo Prefeito Municipal, a partir de lista tripartite, integrada por eleitos pelo Conselho Municipal de Esportes, CONESP.

§ 3º - O Diretor Técnico, o Diretor Administrativo-Financeiro e o Diretor de Marketing serão indicados pelo Diretor-Presidente e submetidos à aprovação do Prefeito Municipal.

§ 4º - O Prefeito Municipal poderá, a qualquer momento, exonerar os membros da Diretoria Executiva.

Art. 14 - Compete à Diretoria Executiva:

I - elaborar e submeter ao Conselho Deliberativo:

a) o plano de trabalho referente à política de esportes de competição a ser praticada pela Fundação;

b) o relatório anual de atividades administrativas.

II - elaborar e submeter ao Conselho Fiscal para posterior apreciação do Conselho Deliberativo:

a) o orçamento e o plano de aplicação de recursos;

b) a prestação de contas e o balanço.

III - realizar a administração da Fundação;

IV - sugerir e apresentar ao Conselho Deliberativo as alterações estatutárias que se fizerem necessárias;

V - cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto e as decisões do Conselho Deliberativo.

Art. 15 - São atribuições do Diretor-Pre-

sidente:

I - representar legalmente a Fundação, em juízo ou fora dele;

II - participar das reuniões do Conselho Deliberativo, exercendo somente o direito a voz;

III - prever e prover, juntamente com o Diretor Administrativo-Financeiro, os recursos necessários para a execução dos serviços;

IV - ordenar as despesas;

V - movimentar, em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro, as contas bancárias, as aplicações, os empréstimos e os investimentos;

VI - administrar, guardar e supervisionar, juntamente com o Diretor Administrativo-Financeiro, os bens móveis e imóveis e todo o patrimônio da Fundação;

VII - delegar atribuições, definindo claramente seus limites e obrigações.

Art. 16 - São atribuições do Diretor Técnico:

I - organizar, coordenar, dirigir, supervisionar e controlar as atividades necessárias à consecução dos objetivos da Fundação;

II - elaborar programas e projetos, bem como relatórios das atividades da área sob sua responsabilidade;

III - supervisionar e coordenar a execução dos programas e projetos;

IV - coordenar a realização das promoções esportivas da Fundação;

V - cumprir e fazer cumprir este Estatuto;

VI - apresentar ao Diretor-Presidente relatórios mensais sobre o desenvolvimento e desempenho dos atletas subvencionados;

VII - realizar outras atividades, a critério do Diretor-Presidente.

Art. 17 - São atribuições do Diretor Administrativo-Financeiro:

I - organizar, coordenar, dirigir, supervisionar e controlar as atividades da Fundação relacionadas com:

a) administração do pessoal;

b) administração e manutenção do patrimônio;

c) administração e acompanhamento de obras e manutenção de materiais;

d) administração dos serviços gerais e de secretaria.

II - assinar, juntamente com Diretor-Presidente, as movimentações bancárias, títulos, aplicações e demais documentos fiscais de prestações de contas da Fundação;

III - preparar a prestação de contas, o balanço e demais demonstrativos financeiros para apresentação e aprovação do Conselho Deliberativo;

IV - responder pela prática financeira da Fundação;

V - acompanhar a prestação de contas da Fundação junto ao Tribunal de Contas do Estado;

VI - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto.

Art. 18 - São atribuições do Diretor de Marketing:

I - organizar, coordenar, dirigir, supervisionar e controlar os projetos e programas de promoção da Fundação e dos atletas a

ela vinculados;

II - articular com as entidades públicas e privadas da comunidade, no sentido de ampliar os recursos financeiros, técnicos e materiais para o esporte de competição da cidade;

III - cumprir e fazer cumprir este Estatuto;

IV - realizar outras atividades, a critério do Diretor-Presidente.

Art. 19 - O Plano Anual de Trabalho, a ser elaborado e apresentado pela Diretoria Executiva, de acordo com os objetivos legais da Fundação e na forma prevista pelos Estatutos, será submetido, previamente, à aprovação do Conselho Deliberativo.

Art. 20 - Os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal não perceberão qualquer remuneração pelo exercício de seus mandatos, sendo sua atuação considerada como serviço público relevante prestado ao Município, inexistindo pois, qualquer vínculo empregatício dos mesmos, relativamente à Fundação Pró-Esporte de Santos ou a Prefeitura Municipal de Santos.

Parágrafo único - O Diretor-Presidente perceberá remuneração equivalente ao Símbolo C-S, os Diretores Técnico e Administrativo-Financeiro o equivalente ao Símbolo C-2 e o Diretor de Marketing o equivalente ao Símbolo C-1 da Administração Municipal, não havendo, no entanto, qualquer vínculo empregatício dos mesmos com a Prefeitura Municipal de Santos.

CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO E RECURSOS DA FUNDAÇÃO

Art. 21 O patrimônio da Fundação é constituído:

I - pela integralização financeira e orçamentária da dotação proveniente do Tesouro Municipal, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

II - por bens imóveis, móveis e direitos livres de ônus que lhe forem transmitidos em caráter definitivo, por pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras;

III - pelas doações, heranças ou legados de pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras.

Art. 22 - Constituição recursos da Fundação:

I - a dotação consignada anualmente no orçamento do Município, compatível com a plena manutenção da instituição, em complemento aos recursos por ela própria gerados;

II - os auxílios e subvenções atribuídos pela União, Estados, Municípios ou pessoas jurídicas de direito público;

III - as contribuições de pessoas jurídicas de direito privado e pessoas físicas, através de doações e legados;

IV - as receitas provenientes de suas atividades, de seu patrimônio e de outras fontes promocionais;

V - outras receitas que lhe vierem a ser destinadas.

§ 1º - Os bens e direitos da Fundação serão utilizados exclusivamente para a consecução de seus fins.

§ 2º - No caso de extinção da Fundação os seus bens e direitos passarão a integrar o patrimônio do Município.

Art. 23 - Os bens imóveis transferidos à Fundação Pró-Esporte pela Prefeitura Municipal, para uso em atividades esportivas, não poderão ser alienados.

Art. 24 - Na venda ou permuta de bens imóveis doados por particulares à Fundação, sem a cláusula de inalienabilidade, será sempre ouvido o Conselho Fiscal, que se pronunciará sobre a conveniência ou não da transação, para posterior aprovação do Conselho Deliberativo.

Art. 25 - É vedada à Diretoria Executiva da Fundação distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas receitas a qualquer membro dos Conselhos ou a servidores, a título de lucro ou superávit nos resultados de exercícios ou atividades.

Art. 26 - Para atendimento do disposto no inciso I do artigo 22 deste Estatuto, foi autorizada a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), através da Lei Complementar n.º 229, de 13 de agosto de 1996, alterada pela Lei Complementar n.º 360, de 26 de novembro de 1999, pertinentes ao patrimônio financeiro da Fundação destinados à constituição da mesma a ser coberto com recursos de que trata o artigo 43 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

CAPÍTULO IV DO QUADRO PESSOAL

Art. 27 - O regime jurídico do pessoal da Fundação será o estatutário e poderão ser postos à disposição, por solicitação do Diretor-Presidente, sem prejuízos dos vencimentos ou salários de seus cargos ou funções, servidores da Administração Direta ou Indireta.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 29 - Cada Conselho elaborará seu Regimento Interno, que deverá versar sobre as respectivas atividades e atribuições, respeitados os princípios estabelecidos neste Estatuto e na lei municipal que criou a Fundação.

Art. 30 - Os casos omissos serão resolvidos em reunião extraordinária pelo Conselho Deliberativo, ouvidos, quando necessário, ante a matéria, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva.

Art. 31 - Fica eleito o foro da Comarca de Santos para qualquer ação fundada neste Estatuto.

Art. 32 - O presente Estatuto, aprovado por ato do Chefe do Executivo Municipal, entrará em vigor na data da publicação.